

056

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADORAS DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS. *Tatiane Colusso Portela, Luciana Gomes Moro, Rodrigo Xisto Seidl, João Hélio Ferreira Pes, Luciana Rodrigues Penna, Andréa Narriman Cezne (orient.)* (UNIFRA).

Este projeto de pesquisa busca analisar questões pertinentes às políticas públicas no Estado Brasileiro, restringindo-se ao estudo da problemática da efetividade dos direitos humanos e fundamentais sociais, como o direito à saúde, à previdência, ao saneamento básico e outros direitos previstos em documentos internacionais e na Constituição da República Federativa do Brasil. Reveste-se de grande importância na medida em que efetuará a análise da eficácia de alguns direitos e, ainda, a análise da relevância das políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiros sob a influência da lógica do mercado, no contexto da economia globalizada, na implementação das políticas públicas de direitos humanos e sociais. A delimitação da área de estudo na eficácia das políticas públicas que implementam direitos humanos e direitos fundamentais sociais deve-se à constatação de que a Constituição Federal de 1988 previu uma série de direitos no Título dos Direitos e Garantias fundamentais, porém, parte considerável desses direitos para cidadãos e prestações para o Estado não estão sendo concretizados. O método dialético é o utilizado como método de abordagem, analisando-se a ineficácia dos direitos sociais a partir de suas contradições internas. Como método de procedimento utiliza-se o método comparativo e também o método hermenêutico. A pesquisa continua em andamento, portanto, ainda não há resultados determinados. Nos serviços públicos atinentes ao saneamento básico faltam recursos públicos para investir em obras necessárias e imprescindíveis. Sendo assim, é necessário repensar o Estado na área social, porque ele é o principal responsável em conciliar o econômico e o social. Logo, é necessário que o Estado preocupe-se em realizar a promoção efetiva dos direitos sociais, através de políticas públicas, estimulando a participação efetiva de diversos atores sociais, sindicatos, universidades e a sociedade civil em todas as suas potencialidades.